



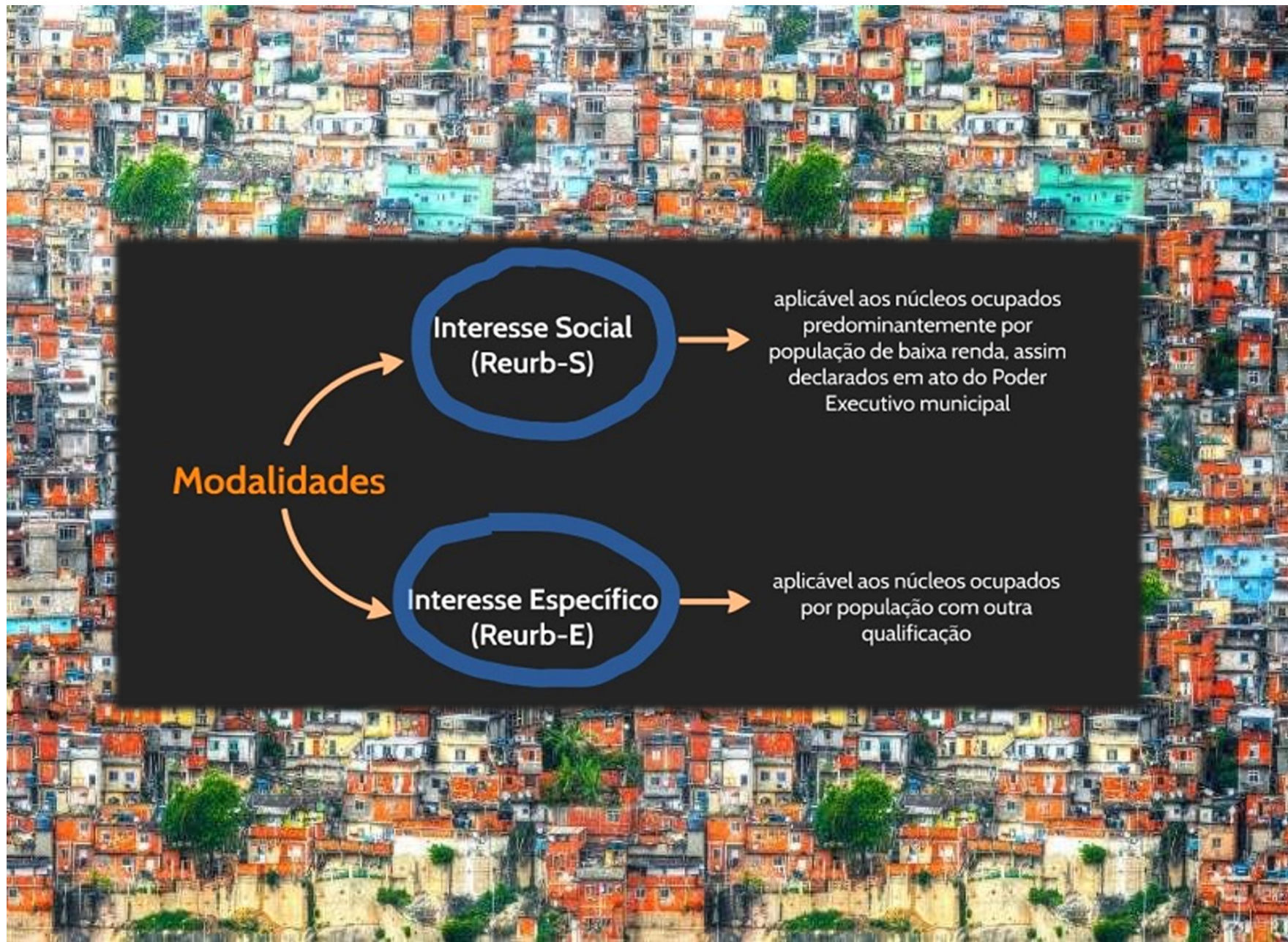
REURB

**Regularização Fundiária Urbana
Lei nº 13.465/2017**

O que é a REURB?

- A Reurb, sigla para Regularização Fundiária Urbana, é um instrumento jurídico previsto na legislação brasileira, mais especificamente na Lei Federal nº 13.465/2017 e no Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001), que tem por objetivo promover a regularização de assentamentos urbanos informais, ou seja, áreas ocupadas de forma irregular, visando a garantia do direito social à moradia e o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade.

- A Reurb pode ser aplicada em núcleos urbanos informais, como loteamentos irregulares, parcelamentos irregulares do solo, conjuntos habitacionais informais e outras formas de ocupação irregular do solo urbano. Seu processo envolve a identificação, o cadastramento, a análise e a regularização desses assentamentos, garantindo aos ocupantes o direito à propriedade regularizada e o acesso aos serviços públicos essenciais.



Modalidades da REURB:

- **REURB-S**
- **REURB-E**



A regularização fundiária urbana desempenha um papel crucial na promoção da inclusão social, no desenvolvimento urbano sustentável e na garantia do direito à moradia digna. Através desse instrumento, é possível regularizar áreas ocupadas de forma irregular, trazendo benefícios tanto para os ocupantes quanto para as autoridades públicas. Compreender os princípios e procedimentos da REURB é essencial para assegurar que as comunidades tenham acesso pleno aos seus direitos e contribuam para a construção de cidades mais justas e inclusivas. As contribuições de renomados juristas como Carlos Ari Sundfeld e Maria Sylvia Zanella Di Pietro ressaltam a importância da REURB na promoção do direito à moradia e no desenvolvimento urbano sustentável.

No entanto, como mencionado por Flávio Tartuce, a eficácia da Lei 13.465/2017 e as novas abordagens introduzidas levantam questionamentos sobre sua capacidade de superar os desafios históricos da regularização fundiária no Brasil e alcançar seus objetivos sociais. A implementação bem-sucedida dependerá da efetivação de políticas públicas pelos órgãos municipais, que desempenham um papel fundamental nesse processo. A evolução das práticas e o impacto das mudanças legislativas futuras serão determinantes para avaliar o sucesso e a eficácia dessas medidas na promoção da justiça social e no combate à especulação imobiliária.

Nesse viés a regularização fundiária urbana é um tema complexo que requer esforços contínuos e colaborativos para garantir o acesso à moradia digna para todos os cidadãos. É fundamental que a sociedade, os legisladores e as autoridades trabalhem juntos para implementar políticas eficazes que atendam às necessidades das comunidades urbanas, promovendo assim um desenvolvimento urbano mais equitativo e sustentável.

REURB

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA

1

- Requerimento ou Instauração
- Procedimento administrativo
- PA Municipal

2

- Processamento administrativo
- Análise sócio-econômica do núcleo a ser regularizado
- REURB-E ou REURB-S

3

- Carta de diretrizes
- Projetos urbanísticos, ambientais e/ou sócio-econômicos
- Demais documentos

4

- Aprovação do projeto
- Elaboração
- Auto de demarcação urbanística

5

- Saneamento do procedimento
- Aprovação do conselho ambiental municipal

6

- Fiscalização e análise
- Documentos apresentados
- Aprovar ou apresentar exigências a serem cumpridas

7

- Expedição do CRF
- Certificado de Regularização Fundiária

8

- Registro do CRF junto ao Cartório de Registro de Imóveis

9

- Titulação dos beneficiários
- Legitimação de posse ou Legitimação fundiária

CONCLUSÃO

A pesquisa proposta surge da carência de informações na comunidade da cidade de Barretos/SP sobre a importância e meios de inscrição da regularização fundiária urbana (REURB) no contexto de poucos indivíduos saberem de fato como funciona a lei 13.465/17 e como regularizar seus bens.

Dito isso, a relevância deste estudo se fundamenta na lacuna identificada na literatura existente, que aborda de forma aprofundada sobre a lei. Entretanto, para pessoas mais leigas torna-se obscura em vários pontos. Devido, a maioria não ter o conhecimento mínimo.

Ao preencher essa lacuna, espera-se contribuir para o avanço do conhecimento na cidade, fornecendo uma cartilha digital para melhor elucidação da lei.

Por fim, a importância prática desta pesquisa se reflete na sua capacidade de mais pessoas regularizarem seus bens, podendo gerar recomendações e diretrizes que auxiliem na tomada de decisão em situações semelhantes.

Dessa forma, a presente investigação não apenas ampliará a compreensão sobre a REURB, mas também terá potencial para gerar impactos positivos e aplicáveis no contexto estudado.